

# Ministro convence líderes a se reunirem com Collor

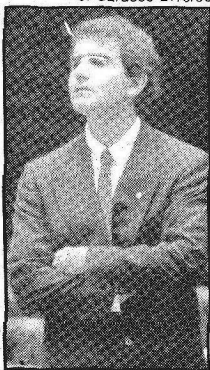
18 MAI 1991

Congresso

JORNAL DE BRASÍLIA

J. Cardoso 27/6/90

Alertado pelo líder do PDS na Câmara, deputado Victor Faccioni (RS), o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, deu alguns telefonemas ontem de manhã e conseguiu salvar o almoço de segunda-feira do presidente



Fernando Collor e da nova equipe econômica com os líderes dos partidos a partir dos quais o Governo quer ampliar sua base de sustentação no Congresso. A reunião ficou ameaçada porque os líderes do PTB, do PL e do PDC haviam recusado o convite, feito pelo líder do Governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG).

O PDS, o PL, o PTB e o PDC não integram o Bloco Parlamentar Governista, mas têm votado a favor de várias propostas do Palácio do Planalto. Os líderes Gastone Righi (PTB-SP), Ricardo Izar (PL-SP) e Eduardo Siqueira Campos (PDC-TO) (foto) alegaram não aceitar a condição de figurantes no que classificaram de jogada de marketing do presidente, ao exibir um suposto entrosamento da nova equipe

econômica com as lideranças parlamentares.

Advertido de que o almoço poderia restringir-se à liderança do Bloco Parlamentar Governista — formado pelo PFL e o PRN —, sendo aconselhável o seu cancelamento, Passarinho telefonou para Humberto Souto e para os líderes do PTB, do PL e do PDC. Conseguiu convencê-los de que a mudança na equipe econômica implica novo relacionamento com o Congresso.

A maior resistência foi de Eduardo Siqueira Campos. Ele disse ter um motivo extra para não ir ao almoço: o veto de Collor ao projeto do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), que permitia às pessoas jurídicas não revelar, para efeitos de Imposto de Renda, os rendimentos de cruzados novos retidos. O ministro Passarinho disse-lhe que essa questão poderia ser reexaminada, pois o veto foi proposto pela equipe anterior.

## Veto

Diante da promessa de que é possível reverter o veto, talvez por meio de uma portaria do Ministério da Economia, o líder do PDC confirmou ao ministro sua presença no Palácio do Planalto, na segunda-feira. "Vou ao almoço para receber informações sobre o veto, para saber da nova equipe sobre suas intenções de liberar mesmo os

cruzados bloqueados em setembro — à vista ou em parcelas corrigidas — e também para entender o que significa este fator de multiplicação 3.7 que está irritando a todos na hora de declarar o Imposto de Renda", disse Siqueira. Na quinta-feira, tanto Siqueira como os líderes do PTB, PDS e PL haviam anunciado a intenção de não comparecer ao encontro com o presidente e o ministro Márcio Marques Moreira, por exigirem participação de fato em vez de convites eventuais para reuniões sociais no Palácio. Passarinho passou à ação, queixando-se inclusive ao líder do Governo na Câmara, Humberto Souto.

Eduardo Siqueira Campos recebeu o convite para o almoço instantes depois de ler no Diário Oficial, na quinta-feira, o surpreendente veto presidencial ao projeto de Eymael. "Estava num momento de extrema irritação, tanto que sequer ouvi a minha bancada. Tinha que reagir", explicou o líder. O projeto, baseado no princípio de que os bens indisponíveis são intributáveis, impede a incidência de Imposto de Renda sobre os cruzados bloqueados. Passarinho disse ao líder que estranhava o veto, porque o assunto já havia sido discutido com o presidente Collor e ele teria se manifestado favoravelmente à alteração.